



Percentual de famílias endividadas se mantém em 78%

Padilha nega discussão sobre mudanças na lei de autonomia do BC

Página 3

Governo envia ajuda humanitária aos governos do Chile e da Turquia

Página 8

CCBB apresenta, em São Paulo, exposição dedicada a Marc Chagall

No térreo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no centro de São Paulo, dois tecidos coloridos flutuam no ar. Com um sopro de ar, eles bailam pelo térreo do edifício e, algumas vezes, alcançam até os andares mais altos, como se voassem.

A obra contemporânea Air Fountain, de Daniel Wurtzel, foi ali instalada para dialogar com a nova exposição em cartaz no espaço: Marc Chagall, Sonho de Amor, que abriu na quarta-feira (8) e fica em cartaz até 22 de maio.

Os tecidos da obra de Wurtzel parecem simbolizar o “perfume e a rosa” do poema Seul est Mien, escrito por Chagall (1887-1985). A poesia foi traduzida em português e colocada em uma das paredes da exposição. Ela também recebeu uma animação apresentada no subsolo do edifício.

“Essa sensação de leveza, essa visão abstrata do amor que está representada ali pelos dois tecidos que bailam é uma relação que a gente propôs ao artista Daniel Wurtzel para dialogar com a obra de Chagall. Então, a ideia era acolher o público nesse ambiente de encantamento e de enlevo e de fazê-lo sentir esse amor que desafia a força da gravidade e que a gente vai ter em um dos módulos da exposição”, disse Cynthia Taboada, organizadora da mostra.

Na passagem por São Paulo, a mostra também vai oferecer ao público performances de dança, que vão acontecer ao lado da obra de abertura da exposição. Também haverá uma intervenção cênico-musical e estão previstos um ciclo de debates e palestras.

“É uma exposição que estamos oferecendo para a cidade de São Paulo e para o público que vem à cidade. É uma exposição rara, que traz um composto grande de obras e do legado de Chagall, e traz também muita poesia”, disse Claudio Mattos, gerente geral do CCBB-SP.

“Temos trazido aos projetos do CCBB atividades paralelas às mostras que amplificam essa experiência. Nessa exposição do Chagall vamos ter uma oficina de cartões postais, onde as pessoas poderão escrever cartas de amor e mandar pelos Correios. E vamos ter violinistas fazendo performances pelo prédio em alguns dias ao longo da exposição”, acrescentou.

A mostra é gratuita. Mais informações sobre o evento e sobre os ingressos podem ser obtidas no site do CCBB. (Agência Brasil)

Presidente discute diretrizes para novo acordo da tragédia em Mariana



Foto:Antonio Cruz/ABr

Página 8

Esporte

Bruna Tomaselli e Arthur Leist defendem Motortech na Stock Series em 2023

A equipe gaúcha Motortech anunciou os primeiros contratados para a temporada 2023 da Stock Series, categoria de acesso para a Stock Car Pro Series. Depois de correr nos dois últimos anos na W Series, categoria voltada exclusivamente para mulheres, Bruna Tomaselli retorna ao automobilismo brasileiro. A piloto catarinense de 25 anos terá como companheiro de equipe o gaúcho Arthur Leist, que em 2022 conquistou o terceiro lugar na Stock Series, com cinco vitórias e 11 pódios, e vai para sua quarta temporada com o time.

Bruna já integrou o grid de categorias como a antiga F-4 Sul-Americana, na qual iniciou nos monopostos, e passou também pela USF2000, classe que faz parte do programa Road to Indy nos Estados Unidos. Tomaselli também competiu no Endurance Brasil em 2020 e, entre 2021 e 2022, acelerou na W Series como a única brasileira do grid e conquistou dois top-5 em sua trajetória. Agora, a piloto nascida em Caibi

faz uma transição importante no seu regresso ao automobilismo nacional.

“Estou muito feliz por disputar minha primeira temporada no Brasil desde 2020. A Stock Series é uma categoria muito competitiva e serve como acesso direto à Stock Car, que é a principal categoria do país. A Motortech será uma ótima casa para que eu possa acelerar pela primeira vez carros desse tipo e tentar ser competitiva tão logo me adaptar”, destacou Bruna, que vai correr com o carro de numeral #97.

Por sua vez, Leist dá sequência a um trabalho iniciado em 2020 com a Motortech. Nascido em Novo Hamburgo, o piloto de 21 anos também tem passagem pelo automobilismo de base nos Estados Unidos, correndo na F-4 local entre 2018 e 2019. Desde então, compete na Stock Series, tendo conquistado um total de seis vitórias e 20 pódios. No ano passado, lutou pelo título até a etapa final e terminou a temporada na terceira posição.

“Nossa meta era ter conquistado o campeonato no último ano, mas tudo tem um tempo cer-



Foto: Duda Britos

Temporada 2023 começa no fim de semana de 23 de abril, em Interlagos

to para acontecer e, quem sabe, nossa vez seja em 2023. A Motortech é tricampeã de pilotos na Stock Series e mostrou nestes quatro anos de parceria que é a equipe certa para me ajudar a buscar essa taça”, salientou Arthur, que vai mudar seu número para a nova temporada, invertendo do #81 para o #18.

Legado vencedor — Fundada em 2006 e com sede em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, a Motortech é comandada pelo pre-

parador Adilson Morari. O time já conquistou três títulos de pilotos na categoria de acesso à Stock Car: com Márcio Campos, em 2015 e 2016, e Gabriel Robe, em 2017, além dos campeonatos de equipes em 2015, 2016 e 2021.

A expectativa do chefe da equipe gaúcha é vê-la novamente no topo da Stock Series em 2023. “Arthur e Bruna formam uma boa dupla, que alia juventude com experiência. O Arthur é

muito jovem e veloz, mas já acumula rodagem no exterior e três anos na categoria. Já a Bruna fará sua estreia na Stock Series, mas tem ampla experiência internacional no automobilismo. São pilotos jovens, talentosos e com tarimba para buscarmos mais um título para a equipe”, comentou.

Com incentivos financeiros e muitas novidades no formato de disputa da etapa — agora com três corridas por fim de semana —, a Stock Series abre a temporada em Interlagos, no final de semana de 21 a 23 de abril. O calendário, composto por etapas em Brasília, Goiânia, Velocitta e Rio Grande do Sul — com circuito a definir — será finalizado também em Interlagos, em 17 de dezembro.

Stock Series, calendário, temporada 2023:

1ª etapa — Interlagos — 23 de abril; 2ª etapa — Brasília — 18 de junho; 3ª etapa — Goiânia — 27 de agosto; 4ª etapa — Rio Grande do Sul — 17 de setembro; 5ª etapa — Velocitta — 29 de outubro; 6ª etapa — Interlagos — 17 de dezembro.

A parcela de famílias com dívidas - em atraso ou não - se manteve em 78% na passagem de dezembro de 2022 para janeiro deste ano. Em janeiro do ano passado, o percentual era de 76,1%.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quarta-feira (8), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Entre aqueles que ganham até três salários mínimos, os endividados são 79,2%. Já aqueles que ganham mais de dez salários são 74,4%.

Inadimplência

As famílias com dívidas em atraso, as chamadas

inadimplentes, somam 29,9% do total, abaixo dos 30% de dezembro, mas acima dos 26,4% de janeiro do ano passado.

Entre aquelas com renda de até três salários mínimos, 38,7% são inadimplentes. Já entre os que ganham mais de dez salários, a inadimplência atinge 13,5%.

Sem condições de pagar

As famílias que não terão condições de pagar suas dívidas são 11,6%, percentual superior aos 11,3% de dezembro e aos 10,1% de janeiro de 2022.

O problema atinge 17,4% daqueles que ganham até três salários mínimos e 2,9% dos que ganham mais de dez salários. (Agência Brasil)

IBGE prevê safra de 302 milhões de toneladas para 2023

Página 3

Sancionada Lei para auxílio aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a Lei 17.626/2023, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica em todo o Estado de São Paulo. A novidade foi publicada na edição de quarta-feira (8) do Diário

Oficial do Estado (DOE).

De acordo com o governador Tarcísio de Freitas, a medida é de fundamental importância, pois garante às vítimas de violência doméstica uma chance de recomeçar a vida longe de seu agressor. Página 2

Copa Brasil de Vela Oceânica volta ao calendário nesta temporada

Após o período de pandemia com as restrições e dificuldades e o retorno das atividades normais, a Associação Brasileira de Veleiros de Oceano anuncia o retorno da Copa Brasil de Vela Oceânica para esta temporada e com novo formato.

A disputa irá premiar os melhores barcos da tempo-

rada de acordo com o desempenho nas mais tradicionais competições do país.

Para esta temporada serão cinco eventos marcando os pontos e desempenho dos veleiros. Além do Campeonato Brasileiro ORC, que será realizado durante a Semana de Vela de Angra dos Reis, entre 7 e 10 de setembro, valerão

pontos a Semana de Vela de Ilhabela, em julho, que será o Campeonato Brasileiro da classe BRA-RGS, o Circuito Rio de Vela Oceânica, em novembro, a 4ª etapa da Copa Mitsubishi, no fim de novembro, e a primeira disputa será com o Ubatuba Sailing Festival, em abril. Contarão pontos também os Campeonatos Bra-

sileiros de MOCRA e dos Clássicos com datas e locais a serem definidos.

Além da premiação de melhores do ano por classe, a ABVO realizará também o Prêmio Anual da entidade. Serão contemplados também a melhor embarcação, a equipe revelação do ano, o velejador do ano, uma Personalidade da

Vela e também Clubes e entidades organizadoras de todo o Brasil com três indicações realizadas pela Diretoria e o Conselho até o dia 10 de novembro e a votação ficará aberta ao público até o dia 10 de dezembro e os vencedores receberão premiação em local a ser definido posteriormente.

Vetado projeto que previa redução de imposto sobre herança

SP cria Grupo de Trabalho para dar início a Reforma Administrativa

O Governo de São Paulo criou o Grupo de Trabalho Intersecretarial para elaborar estudos e apresentar propostas de reorganização e aperfeiçoamento da política de gestão de pessoas em todas as secretarias e órgãos da administração pública.

Coordenado pela Secretaria da Casa Civil, o Grupo de Trabalho foi instituído por meio do Decreto 67.473, publicado no Diário Oficial do Estado, na terça-feira (7).

A nova equipe será integrada por representantes da Casa Civil e das Secretarias da Fa-

zenda e Planejamento, de Gestão e Governo Digital e da Procuradoria Geral do Estado. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, representantes de outras secretarias e órgãos estaduais serão convidados a participar e contribuir para a discussão das matérias em exame.

A constituição do Grupo de Trabalho dá início à proposta de reorganização administrativa do estado, visando à modernização dos processos e das estruturas organizacionais de cada pasta, alcançando a padronização e eliminando eventuais distorções.

O governador Tarcísio de Freitas vetou o Projeto de Lei nº 511/2020, aprovado no final do ano passado pela Assembleia Legislativa, que reduziria a alíquota do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). O veto foi publicado na edição de quarta-feira (8) do

Diário Oficial do Estado (DOE).

De iniciativa parlamentar, a medida alteraria a alíquota do ITCMD, atualmente fixada em 4%, para 0,5% nas doações e 1% nas transmissões “causa mortis”. No entanto, além da renúncia de receita de R\$ 4 bilhões anuais, que geraria forte impacto financeiro, a alteração acarretaria des-

cumprimento de normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Qualquer proposição que aborde renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tanto para o ano em que a medida for tomada quanto para os dois exercícios seguin-

tes – o que não foi feito por ocasião das discussões e aprovação do projeto na Alesp.

Além disso, a LRF exige que a renúncia de receita esteja prevista na Lei Orçamentária Anual ou que sejam implementadas medidas compensatórias, fatores que não se verificam no presente caso.

Sancionada Lei para auxílio aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a Lei 17.626/2023, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica em todo o Estado de São Paulo. A novidade foi publicada na edição de quarta-feira (8) do Diário Oficial do Estado (DOE).

De acordo com o governador Tarcísio de Freitas, a medida é de fundamental importân-

cia, pois garante às vítimas de violência doméstica uma chance de recomeçar a vida longe de seu agressor.

“O Estado de São Paulo está ampliando as formas de proteção e acolhimento às vítimas de violência doméstica. O aluguel social é mais um instrumento para auxiliar essa mulher a romper o ciclo de violência e começar uma vida nova com mais segurança e au-

tonomia”, afirmou.

Com a sanção, as áreas técnicas do Governo criarão um grupo de trabalho para regulamentar a nova legislação em até 90 dias. Contudo, o texto da lei já estabelece que terão acesso ao benefício as vítimas de violência com medida protetiva expedida, de acordo com a Lei Maria da Penha, e terão de comprovar estar em situação de vulnerabilidade, de forma a não

conseguir arcar com suas despesas de moradia.

Segundo da secretária Estadual de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes, esta é uma importante ação em prol das mulheres em todo Estado. “O amparo à vítima de violência doméstica é um passo fundamental para se combater demais formas de violência presentes em nossa sociedade”, disse a secretária.

Governo de SP e Agência Japonesa pretendem renovar cooperação em áreas sensíveis

O governador Tarcísio de Freitas recebeu, na última sexta-feira (3), comitiva liderada pelo embaixador japonês Hayashi Teiji. Junto ao secretário de Negócios Internacionais Lucas Ferraz, Tarcísio apresentou as áreas que deverão ser tratadas como prioridade nas futuras parcerias.

No próximo mês, o governo paulista e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) devem assinar a renovação do protocolo para cooperações mútuas, técnicas e financeiras pelos próximos cinco anos – a primeira parceria foi

selada há 23 anos.

O Estado de São Paulo e o Japão possuem uma tradição de trabalho em conjunto com a JICA. Desde 2004, o projeto “Polícia Comunitária”, que aproxima a polícia e a sociedade civil com ações preventivas de combate à criminalidade, é considerado um modelo para o país, com experiência compartilhada com outros estados brasileiros.

A Agência também atuou no rebaixamento da calha do rio Tietê para prevenir transbordamentos, com financiamento de US\$ 494 milhões, e em ações da Sabsesp na Represa Billings e na

Baixada Santista, com empréstimos de US\$ 75 milhões e US\$ 500 milhões, respectivamente, entre outras iniciativas.

E o que podemos esperar para o futuro? Tarcísio de Freitas reconhece a importância da presença japonesa no estado de São Paulo e das parcerias em diversas frentes.

Da produção de ovos utilizados na fabricação de vacinas, na cidade de Bastos/SP, município com uma das colônias japonesas mais numerosas do estado, passando por eventos culturais como o Festival do Japão, que atrai

mais de 200 mil visitantes, até a presença de empresas que controlam todas as suas operações na América Latina a partir de São Paulo, o Japão desempenha um relevante papel socioeconômico no estado, e há espaço para crescer.

“Os japoneses já são grandes parceiros, e esperamos expandir a cooperação para áreas como mobilidade urbana e transição energética. É impressionante a quantidade de projetos bem-sucedidos que já temos com a JICA, e queremos vê-los também nessas outras áreas”, afirmou Tarcísio.

Governo autoriza obras do Programa Vida Longa em mais quatro municípios

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), iniciou a construção de 112 moradias do Programa Vida Longa, que vão beneficiar pessoas idosas nas cidades de Americana, Boituva, Olímpia e Salto de Pirapora.

O investimento total é de R\$ 18,9 milhões, que serão repassados para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), responsável pela execução das obras.

Cada um dos conjuntos residenciais terá 28 unidades habitacionais destinadas a pessoas com 60 anos ou mais, que vivem sozinhas, em situação de vulnerabilidade social, com renda de

até dois salários mínimos. Os documentos, firmados entre a secretaria e os municípios preveem a conclusão das obras no mês de dezembro deste ano.

“Além de garantir atendimento habitacional, o programa oferece espaços de convivência que melhoram a qualidade de vida de pessoas idosas e vulneráveis por diversos fatores. O Vida Longa cumpre um papel importante ao trazer dignidade para aqueles que estão na melhor idade”, diz o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Cardinale Branco.

Dos 33 projetos do Programa Vida Longa, cinco já foram concluídos e 28 estão em diversas etapas de produção.

Atualmente, há 17 empreendimentos em obras, outros 10 na fase de desenvolvimento e um em licitação.

Lançado em outubro de 2019, o Vida Longa faz parte da política habitacional do Estado e tem o caráter protetivo. É uma ação conjunta entre a CDHU e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, articulada com os municípios paulistas. Tem se mostrado uma alternativa viável para oferecer moradia digna e qualidade de vida à população com idade igual ou superior a 60 anos, que tem baixa renda mensal e vive só.

Os conjuntos do programa são projetados seguindo parâmetros de acessibilidade do

Desenho Universal, um conceito arquitetônico adaptável para permitir facilidade no uso da moradia por qualquer indivíduo com dificuldades de locomoção, temporária ou permanente. Todos têm cozinha, sala de estar e dormitório conjugados, banheiro e área de serviço.

Planejado para incentivar o processo de socialização dos moradores, os residenciais têm espaços comuns de convivência e lazer, salão com refeitório e área para assistir televisão, uma área externa com churrasqueira e forno a lenha, aparelhos para atividades físicas, bancos de jardim, horta elevada e paisagismo.

Cota do Bilhete Único para conselheiros participativos é creditada

A Coordenadoria de Participação Social da Secretaria Municipal da Casa Civil efetuou na terça-feira (7) o crédito das cotas do Bilhete Único Especial do Conselheiro Participativo Municipal para uso no sistema de ônibus da cidade. O valor do benefício hoje é de R\$ 26,40 por mês, não sendo cumulativo.

De acordo com o Decreto 58.639/2019, os conselheiros titulares eleitos e empossados (incluindo os suplentes convocados) têm direito a seis cotas de Bilhete Único por mês para o exercício de suas atividades enquanto durarem seus respectivos mandatos. Os suplentes não convocados não têm direito. O

limite diário de utilização dessas cotas é de até oito embarques por dia, a serem realizados no período de 24 horas, contadas a partir do registro da primeira utilização.

Para requerer o benefício é preciso enviar ao interlocutor da Subprefeitura o nome, CPF, RG, endereço, número e foto

do seu Bilhete Único. É obrigatório que o conselheiro já tenha o bilhete emitido previamente em seu nome.

O bilhete garante a isenção integral do pagamento da tarifa praticada no Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros na cidade de São Paulo.

SPTrans terá linhas especiais de ônibus e do Atende+ para levar foliões ao Sambódromo

A SPTrans vai ativar duas linhas de ônibus especiais e de vans do Atende+ saindo das estações Tietê e Barra Funda do Metrô para facilitar o deslocamento do público que irá assistir aos desfiles das escolas de samba no Sambódromo do Anhembi a partir de sábado, 11, até o dia 25 de fevereiro.

As duas linhas de ônibus com- eçam a atender no sentido ao

Sambódromo a partir das 17h e o desembarque dos passageiros transportados por ônibus será feito no Portão 1. A tarifa de R\$ 4,40 poderá ser paga em dinheiro ou Bilhete Único.

Já o serviço Atende+ é gratuito e não é necessário agendar. As vans adaptadas são destinadas a pessoas com autismo, surdocegueira ou deficiência física com alto grau de severidade e

dependência, mas durante o carnaval também vão transportar até o Sambódromo pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, como grávidas, idosos e obesos. Além das linhas saindo das estações Tietê e Barra Funda do Metrô, haverá veículos disponíveis no Pavilhão do Anhembi para circulação interna.

A operação começa às 18h no

sábado, dia 11, e às 19h nos dias 17, 18, 19 e 25 de fevereiro.

A equipe de campo da SPTrans acompanhará toda a operação para auxiliar os passageiros das linhas de ônibus e do Atende+.

Confira informações sobre a operação dos ônibus e desvios de linhas durante o Carnaval no site: <https://www.sptrans.com.br/carnaval>

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Quem conviveu com Antonio Carlos Rodrigues (PL) - 1º vereador eleito presidente por 4 vezes - comemora o agora deputado federal ser eleito coordenador da bancada paulista (70 parlamentares)

PREFEITURA (São Paulo)
Ex-comandante da Polícia Militar, ex-vereador e ex-deputado na ALESP, Álvaro Camilo foi ótima escolha de Nunes (MDB) pra Subprefeitura Sé. O maior patrimônio do Camilo é sua honra e seu caráter

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Embora tenha sido o maior fracasso político da história, pra quem teve 2 milhões de votos em 2018, a deputada Janaina não pode ser ‘expulsa’ da Faculdade Direito (USP) por estudantes ‘das esquerdas’

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio (Republicanos) negocia com o ministro Haddad - derrotado por ele - e com o ex-governador e ministro França (PSB), derrotado ao Senado pelo astronauta. Tudo por privatizar o porto de Santos

CONGRESSO
Conforme antecipado, o ex-vereador e ex-presidente da Câmara paulistana, ex-senador e ex-ministro (Transportes) Antonio Carlos Rodrigues (PL) foi eleito por unanimidade coordenador da bancada ...

(Brasil)
... (70 parlamentares) pelo Estado de São Paulo. Além do prestígio - com os colegas do PL e demais partidos - ACR terá uma relação de profissional da política com o governador Tarcísio (Republicanos)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula (PT) vai encontrar Joe Biden (USA) com 80 de idade, ensaiando - via discurso “do Estado da Nação” - candidatura à reeleição em 2024. Em 2026, Lula teria o apoio externo de um reeleito ?

PARTIDOS (Brasil)
Amanhã - 10 fevereiro 2023 - o PT do Lulismo fará 43 anos de fundação. Pro Lulismo, desde anos 1980 do Século 20, tornou-se o desafio de finalmente permitir o surgimento de outra liderança nacional

JUSTIÇAS (Brasil)
Advogados eleitorais já se preocupam com as lógicas das ‘acusações’ e ‘defesas’ elaboradas pela Inteligência Artificial ‘ChatGPT’, que poderão substituí-los, como do outro lado os magistrados TREs e TSE

ANO 31
O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política < **cesarneto.com** > na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu ‘Medalha Anchieta’ (Câmara paulistana) e “Colar de Honra ao Mérito” (Assembleia SP), por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Padilha nega discussão sobre mudanças na lei de autonomia do BC

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na quarta-feira (8) que não existe discussão dentro do governo para propor mudanças na lei que dá autonomia ao Banco Central (BC). Segundo Padilha, o que há é um debate sobre a necessidade e as condições econômicas que o país tem para a redução de juros.

No início desta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar o nível da taxa Selic, juros básicos da economia, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na semana passada, o Copom manteve a taxa em 13,75% ao ano, o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

“O presidente Lula, quando fala, traz as dores e anseios de quem quer uma taxa de juros

cada vez menor no país, de quem acredita que a gente precisa ter condições melhores para [que] os empresários possam investir no país, possam pegar crédito para gerar emprego e retomar investimentos”, disse o ministro. “Lula tem o histórico de compromisso firmado com a combinação da responsabilidade fiscal e da responsabilidade socioambiental. Isso tem que guiar a política econômica do governo, e acreditamos que isso cria um ambiente no país para que possamos ter a retomada do crescimento econômico e cumprir os objetivos que estão na lei do BC”, completou.

O ministro reforçou que os objetivos da autarquia são fomentar o pleno emprego, suavizar qualquer flutuação econômica e garantir a estabilidade econômica do país e a eficiência do

sistema financeiro.

A lei do Banco Central também garante mandato de quatro anos para o presidente e diretores da instituição, que ocorrerão em ciclos não coincidentes com a gestão do presidente da República. Neste mês, vence o mandato de dois diretores e, segundo Padilha, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está conduzindo conversas para indicação de nomes técnicos que serão encaminhados por Lula para análise do Senado Federal.

Em abril, Haddad deve enviar ao Legislativo proposta de lei complementar que estabelece um novo marco fiscal para o país, diferente do teto de gastos em vigor. O governo acredita que isso ajudará a criar um ambiente de atração de investimentos, da mesma forma que o debate da reforma tributária e ou-

tros esforços do governo em equilibrar as contas públicas.

Padilha falou com a imprensa hoje após reunião com o presidente Lula, ministros de Estado e presidentes e líderes de partidos da base aliada do governo. Foi o encontro de instalação do Conselho Político da Coalizão, um fórum permanente de debate entre o Executivo e o Legislativo.

Segundo Padilha, a necessidade de redução dos juros no Brasil foi reforçada por vários líderes, e o governo também espera que o Congresso acompanhe e fomenta esse debate.

A pauta prioritária do governo na reunião foi a reforma tributária, que será encabeçada pelo ministro Haddad. “Interessa ao presidente Lula reduzir impostos para os mais pobres, reduzir impostos para os traba-

lhadores que vivem da sua renda e simplificar as impostos para quem gera emprego no país, para os empresários”, disse Padilha.

A ideia é aproveitar as iniciativas e emendas que já estão em discussão no Congresso Nacional. Durante o encontro, Haddad saudou iniciativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de criar um grupo de trabalho para discutir a reforma tributária, buscando, inclusive, acelerar o processo de aprovação das medidas.

O governo pretende votar a reforma tributária sobre o consumo no primeiro semestre deste ano e a reforma sobre a renda no segundo semestre.

A simplificação da tributação sobre o consumo está no centro da primeira fase e o texto pretende se basear em duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Con-

gresso (PEC 45/2019 e PEC 110/2019). Elas reúnem diversos tributos que hoje incidem sobre o consumo em menos tributos. A divergência está no número de tributos unificados e na forma como ocorrerá a fusão.

Já as eventuais mudanças no Imposto de Renda envolveriam o retorno da tributação de dividendos (parcela do lucro das empresas passadas aos acionistas), em troca da diminuição do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Desde 1995, os dividendos no Brasil são isentos de Imposto de Renda.

Outra possível mudança seria a elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda. Sem correção desde 2015, a tabela isenta apenas quem ganha R\$ 1.903,98 por mês. (Agência Brasil)

Ministra da Cultura diz que desafios vão além da recriação da pasta

Os desafios do Ministério da Cultura vão muito além da recriação de uma pasta extinta por um governo que trabalhou rotineiramente contra a cultura. Abrangem também, além da retomada de políticas culturais, trabalhos visando à ressignificação do conceito de cultura para pessoas que, em meio a tantas manipulações, tiveram visões distorcidas sobre esse elemento que, nas palavras da ministra Margaret Menezes, é “a alma da nação e a alma de um povo”.

Ao receber jornalistas para um café da manhã, a ministra falou sobre os primeiros dias no cargo, antecipou projetos e enumerou alguns dos principais desafios a serem enfrentados. “Recriamos há 14 dias o ministério. O que encontramos foram projetos captados e liberados, porém bloqueados desde 2020 sem qualquer justificativa.

“O nível de desmonte foi gigantesco” e atingiu todas as áreas, afirmou o secretário executivo Márcio Tavares. “A Secretaria de Especial de Cultura não executava nenhuma política cultural. Tudo estava parado há anos, exceto emendas parlamentares daqueles que eram mais próximos do governo anterior”, disse.

Como consequência, acrescentou a ministra, “em poucos anos, o Brasil caiu da 7ª para a 13ª posição como país que mais influencia a cultura no mundo”. Perguntada sobre “a pior coi-

sa encontrada no ministério”, Margaret Menezes disse que o que mais mexeu com ela foram os depoimentos que ouviu dos servidores. “Ouvi muitos depoimentos de assédio moral, inclusive de gente proibida de usar máscara.”

Orçamento histórico

Ministra e secretário mostraram-se satisfeitos com o orçamento de R\$ 5 bilhões previstos para a pasta.”É um orçamento histórico o deste ano, e nos dará condições de recuperar a estrutura do ministério, bem como de retomar um conjunto de políticas”, disse Margaret.

Ela destacou a volta do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura, enquanto ferramenta de democratização e debate para as políticas culturais. “Esta era uma comissão democrática, que passou a ter suas atribuições feitas por uma pessoa apenas, mas vamos retomar essa apreciação que era feita pela sociedade”.

Ainda no âmbito da participação popular nas políticas culturais, o ministério pretende elaborar um “cronograma de conferências”. A expectativa é que o primeiro encontro ocorra de forma presencial entre novembro e dezembro deste ano.

Lei Rouanet

Sobre a retomada da Lei Rouanet – programa do governo federal que permite a pesso-

as físicas e jurídicas aplicar parte do Imposto de Renda em eventos culturais –, a ministra disse que está em elaboração um decreto que vai “reposicionar a Lei Rouanet, levando em conta as transversalidades que o governo Lula traz”.

De acordo com a ministra, o fomento à cultura será cada vez mais descentralizado e terá como prerrogativa “buscar e incentivar projetos fora do eixo central que é o Sudeste”. Margaret Menezes lembra, no entanto, que quem escolhe os eventos culturais a serem beneficiados são os patrocinadores. “Vamos conversar com eles para mostrar que cultura é um olhar para a diversidade.”

“Além disso, vamos mostrar que cultura gera retorno econômico para o país. Cada real investido em cultura gera de R\$ 1,5 a R\$ 1,6 de retorno. Será a volta de funcionamento deste mercado que é um setor de mobilidade econômica. A cultura voltou, e os trabalhadores da cultura merecem respeito, porque fazem um trabalho como qualquer outro da indústria brasileira. Afinal, são 5 milhões de trabalhadores na cultura”, argumentou.

CEUs

Margareth Menezes acrescentou que retomará os centros de arte e esporte unificados (CEUs). “Vamos fazer a manu-

tenção dos existentes e reconstruir CEUs porque atendem quem mais precisa. Precisamos de bibliotecas, cinemas. Cultura é, além de identidade, um setor de mobilização econômica. E as periferias serão muito importantes para termos capilaridade onde ministério e empresas não chegam”, acrescentou.

Segundo ela, as críticas feitas pelo governo anterior a políticas e movimentos culturais deixaram uma sequele, inclusive conceitual, sobre o que é a cultura, bem como sua importância. “Falavam que artista é bandido. Como se pode aceitar isso?”, indagou a ministra.

Não só ministério, mas artistas terão papel fundamental para reverter essa situação e “ressignificar” – para essas pessoas vítimas de manipulações políticas – o conceito da palavra “cultura”.

“A ressignificação virá com a gente mostrando a seriedade do ministério; com a gente demonstrando uma nova maneira de relacionamento com a sociedade, fazendo com que os próprios trabalhadores da cultura se manifestem”, disse.

“Nesse sentido, será muito importante que tanto fazedores como executores de cultura atuem porque são eles os que têm a credibilidade maior. A ação do ministério será a de prover”, complementou. (Agência Brasil)

Suíços se oferecem para consertar relógio destruído no Planalto

O governo brasileiro pode ter encontrado uma solução para recuperar o relógio do século 17 que foi destruído no Palácio do Planalto, durante os atos golpistas do dia 8 de janeiro. De acordo com a ministra da Cultura, Margaret Menezes, a Embaixada da Suíça se ofereceu para intermediar o conserto da peça, feita pelo famoso relojoeiro francês Balthazar Martinot.

A oferta foi feita pelo em-

baixador Pietro Lazzeri, segundo a ministra. “Ele ofereceu uma ação de recuperação do relógio, porque tem empresa de restauradores com experiência nesse tipo de reforma que é centenária. Será, segundo eles, uma honraria e uma manifestação em favorecimento à democracia”, acrescentou, durante café da manhã com jornalistas.

A ministra lembrou que o relógio tem muitas peculiarida-

des, como uso de casca de tartaruga para sua confecção, o que torna ainda mais difícil o procedimento. Margaret Menezes disse que a única contrapartida solicitada pela empresa suíça é que haja um intercâmbio entre profissionais brasileiros e suíços.

O relógio, um presente concedido pela corte francesa a dom João VI, foi trazido ao Brasil em 1808. Das várias peças produzidas, apenas dois exem-

plares resistiram ao tempo. O outro está guardado no Palácio de Versalhes, em Paris.

A destruição da peça foi flagrada em vídeo, no interior do Palácio do Planalto, durante as manifestações golpistas. O responsável pelo ato de vandalismo já foi identificado. Trata-se de Antônio Cláudio Alves Ferreira, que foi posteriormente preso em Minas Gerais. (Agência Brasil)

Prorrogado o prazo para cadastro na Agricultura Familiar

O Ministério do Desenvolvimento Agrário prorrogou por um ano o prazo de validade das declarações de aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com vencimento entre 8 de fevereiro de 2023 e 31 de janeiro de 2024. A portaria foi publicada no Diário Ofici-

al da União.

No caso de declarações de aptidão já vencidas, o agricultor precisará emitir o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). A pasta informou ter montado uma força-tarefa para readequar o sistema, possibilitando que todos possam fazer a emissão do documento que dá acesso aos

programas.

Já para as declarações de aptidão com vencimento a partir de 1º de fevereiro de 2024, os prazos serão mantidos. Quem quiser tirar dúvidas pode entrar em contato com o ministério pelo e-mail atendimento.cocaf@agro.gov.br ou pelo telefone (61) 9965-6115 (ligação ou WhatsApp).

“A portaria, assinada pelo ministro Paulo Teixeira, garantirá o acesso às políticas públicas voltadas para o campo, enquanto o sistema do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) está sendo aperfeiçoado para melhor atender as agricultoras e os agricultores familiares”, destacou a pasta. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

IBGE prevê safra de 302 milhões de toneladas para 2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na quarta-feira (8) a estimativa de janeiro do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Em 2023, a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deve chegar a 302 milhões de toneladas. O número é 14,7% maior do que o resultado de 2022, o que representa um crescimento de 38,8 milhões de toneladas. A estimativa de janeiro também é mais otimista do que a feita em dezembro, que apontava safra de 296,3 milhões de toneladas para 2023.

Os números refletem duas surpresas, segundo o IBGE: os recordes de produção da soja e do milho, os principais produtos da safra brasileira. As condições climáticas do verão têm favorecido as lavouras. A soja deve crescer 23,4% em relação a 2022, com produção

de 147,5 milhões de toneladas. Quanto ao milho, a expectativa é de 11,2% de alta, com produção de 122,5 milhões de toneladas.

Outros produtos de peso na safra são o arroz (10,3 milhões de toneladas), o trigo (8,7 milhões de toneladas) e o algodão (6,8 milhões de toneladas). O café merece destaque por contrariar previsões anteriores de queda. A produção estimada para esse ano é de 3,3 milhões de toneladas, alta de 5,7%.

A previsão é de crescimento nas cinco regiões do país: Centro-Oeste (8,6%), Norte (11,1%), Sudeste (1,0%), Nordeste (1,8%) e Sul (38,6%). Na classificação dos estados, as maiores estimativas são para o Mato Grosso (29,3%), Paraná (14,9%), Rio Grande do Sul (13,0%), Goiás (9,2%), Mato Grosso do Sul (8,1%) e Minas Gerais (5,8%). (Agência Brasil)

Operação da PF combate extração ilegal de minério no Pará

A Polícia Federal (PF) flagrou na quarta-feira (8) uma operação, batizada de Boi Dou-rado, para combater a extração ilegal de ouro e crimes ambientais conexos em uma fazenda entre os municípios paraenses de Marabá e Curionópolis. No local, passa a Linha de Transmissão Xingu-Rio, responsável por levar energia ao Sudeste do país.

Os danos ambientais estão estimados em R\$ 20 bilhões, valor mensurado a partir da vastidão da área de extração ilegal, desmatamento, escavações, gravíssima contaminação do solo, assoreamento e contaminação do Rio Sereno, um afluente do Rio Tocantins responsável pelo abastecimento de várias cidades e que passa próximo à propriedade, com mercúrio e outras substâncias.

Os policiais cumpriram um mandato de prisão preventiva, do proprietário da fazenda, que não teve o nome divulgado, e nove mandados de busca e apreensão em Curionópolis, Marabá e em Goiânia. Também está em cumprimento a decisão judicial de sequestro de bens e valores em R\$ 161 milhões e a inalienabilidade da fazenda, avaliada em R\$ 200 milhões.

“O proprietário da fazenda, alvo de mandato de prisão nesta data, é um grande empresário pecuarista, que não tem permissão de lavra garimpeira ou concessão de lavra, emitida

pela Agência Nacional de Mineração (AMN) e que também não dispõe das licenças ambientais”, informou a PF.

De acordo com a apuração, movimentações financeiras do suspeito apontam a existência de intermediários na venda do ouro extraído ilegalmente. A investigação indica ainda que o empresário buscou apagar evidências de crimes ambientais. Para a PF, a liberdade do empresário coloca em risco a obtenção de provas e a persecução penal.

A apuração começou a partir de denúncia de moradores das proximidades da fazenda e informação da empresa Xingu-Rio. Durante a fiscalização das 4.448 torres de energia, a empresa percebeu que a extração de ouro se aproximava da linha de transmissão.

A polícia disse ainda que perícia realizada durante a operação deve dar estimativa mais precisa sobre o dano ambiental. O valor leva em consideração o gasto necessário para se recompor o meio ambiente.

Em setembro de 2022, a PF já havia cumprido mandado de busca e apreensão na fazenda e inutilizado três pás carregadeiras.

Os envolvidos devem responder, na medida de suas responsabilidades, por crimes ambientais, de usurpação de bens da união, e associação criminosa. (Agência Brasil)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 10/02/2023
 9º Feira - às 14h00

2º LEILÃO: 17/02/2023
 6º Feira - às 14h00

O leilão já está aberto no internet para receber lances.

12 IMÓVEIS

Casa na Cohnab Nova, em Cáceres/MT * Casa no Jardim Paulista, em Aricumes/RO * Apto. em Santa Catarina, Joinville/SC * Casa na Vila Alto Paraíso, em Baurui/SP * Apartamento na Vila Julia, no Guarujá/SP * Apto. no Park do Imperador, em Matão/SP * Casa no Residencial Regissol, em Mirassol/SP * Casa no Jardim Brasília, em São Bernardo do Campo/SP * Apto. no Jardim Satélite, São José dos Campos/SP * Apto. na Mooca, em São Paulo/SP * Lote na Cidade Jardim, Sorocaba/SP * Prédio no Jardim Jatobá, Sorocaba/SP

Venda somente à vista. Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. (11) 3550-4066 / 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0101052-23.2006.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sant'Anna Pereira Quinzani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO(A) ANTONIO CARLOS CARNEIRO DE ARAÚJO, Brasileiro, Divorciado, Comerciante, RG 87049243, CPF 186.793.231-87, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 1.013,17. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a INTIMAÇÃO da penhora, por EDITAL, para que em 03 dias, a flur após os 30 dias supra, ofereça impugnação, na forma da lei processual, a fim de seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de janeiro de 2023. 09 e 10 / 02 / 23

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011725-11.2023.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Catrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO(A) RENATO FONSECA DE MACEDO PINTO, CPF 103.372.868-33, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, sob o nº 0011725-11.2023.8.26.0003, em que o autor requer a execução do valor de R\$ 1.013,17, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,pague a quantia de R\$ 13.502,77 devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos do Código de Processo Civil).Fica sendo, ainda, que nos termos do artigo 330, IV do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios atos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de janeiro de 2023. 09 e 10 / 02 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0095146-35.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER Citação. Prazo 20 dias. Proc. 0095146-35.2018.8.26.0100. O Dr. Leila Hassem da Ponte, Juiz de Direito da 25ª Vara Cível Central/SP. Faz saber a Aparecido Albergoni CPF 279.168.808-06, que Fundo de Investimento Imobiliário Grand Plaza Shopping ajuizou incidente de desconstrução de personalidade jurídica, da executada Planalto Distribuidora de Materiais Fotográficos Ltda CNPJ 15.822.528/0001-79. Quando a inclusão do sócio Aparecido Albergoni, no polo passivo dos fatos. Estando o executado em lugar ignorado, exped-se edital, para que em 15 dias se manifeste e requiera as provas cabíveis (art. 135-CPC), sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 2022. 09.10

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 0119565-87.2018.8.26.0009. O Dr. Luiz Fernando Pinto Azeite, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Vila Prudente/SP. Faz saber a Allianz Service Tercerização de Mão de Obra Ltda. CNPJ 05.932.435/0001-98, na pessoa do sócio, Filipe Nascimento Figueredo Silva, Europa Service Ltda. CNPJ 02.413.285/0001-18, na pessoa do sócio, Valdir Figueredo da Silva, e Europa Tercerização de Serviços Ltda. (atual denominação de Max Koll Ltda) CNPJ 04.170.710/0001-20, na pessoa dos sócios, Eledia Nascimento e Silva e Wilson Martins dos Santos, que Condomínio Edício Porto Belo, ajuizou ação de regresso, objetivando seja julgada procedente, para o fim de condenar as Rés a restituírem o valor de R\$ 75.213,44 para a autora, referente à Reclamação Trabalhista suportada, reconhecendo o grupo econômico entre as Rés, de forma a existência de responsabilidade solidária pela condenação na presente demanda, considerando-se ao pagamento de honorários advocatícios. Estando as rés em lugar ignorado, exped-se o presente edital de citação, para que, em 15 dias, a flur do prazo supra, contestem o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de outubro de 2022. 09.10

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011650-60.2018.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Prado de Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO(A) RICARDO SANTOS BOGADO, RG 6923876, CPF 85.051.518-43, que por este Juízo, tramita de uma ação de Rescisão por Falta do Contrato de Compra e Venda, sob o nº 0011650-60.2018.8.26.0002, em que o autor requer a rescisão do contrato de compra e venda, firmado em 15/05/2017, entre ele e a ré, Professora Jandira Bento, 213, Jardim Luanda, Capital, e a cobrança de R\$ 8.330,67 (Fev2019). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 15 dias os termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e, caso em que será nomeado curador especial, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de outubro de 2022. 09.10

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIENTE NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE P.H.E. REQUERIDO POR R.E.R.E. - PROCESSO Nº 0012026-74.2021.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 12ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Pereira Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 12/07/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO DE P.H.E. NOS TERMOS QUE SEQUEM: Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECRETAR A INTERDIÇÃO PARCIAL DE P.H.E. RG 52.387.XXX-X, CPF 347.580.XXX-X, declarando-o, em virtude de padecer de retardo mental profundo, F73 pela O210, na forma do artigo 8º, inciso I, do Código de Processo Civil, e de ser pessoa com deficiência intelectual, a ser realizada de natureza patrimonial e negocial, quais sejam: emprestar, transgír, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (artigo 58 da Lei n. 13.140/2015 c/c artigo 1782 do Código Civil). Edit consequencial, JULGO EXTINTO O FEITO, nos termos do art. 457, I, do Código Processual Civil. Com fundamento no art. 1.715, § 3º, do Código Civil, nomeio R.E.R.E. RG 17.21X.XXX, CPF 124.988.3XX-XX, curadora definitiva, considerando-a compromissada independentemente de assinatura de termo. Esta sentença produz efeitos desde juízo (art. 1012, § 1º, inciso VI, do CPC). Dispensado o registro em cartório de prestação de contas, em razão do extinção de prestação de contas. Não se aplica o art. 755, §3º do CPC, para tanto: ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo da pena imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO, a ser inserido no 1º Registro de Pessoas Naturais, localizada na Se. competente, para que os interessados se apresentem para inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que o Sr. Oficial da Unidade do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais competente proceda o seu cumprimento. Nos termos do comunicado G5 nº 2201/2016, fica dispensado o menio de ofício à Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo. Esta sentença servirá como TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA, independentemente da assinatura da pessoa nomeada como curador, para todos os fins legais. Ciência ao Ministério Público. F.P.R.C. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de julho de 2022. 09

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 44ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 14º andar - sala nº 1400 / 1414 - Centro - CEP 01501-900 - tel: upj41445@tsp.jus.br - **EDITAL DE CITAÇÃO** - Prazo de 20 dias - Processo nº **1138519-94.2021.8.26.0100**. O Dr. **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**, MM Juiz de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP, na forma da lei. **FAZ SABER A IVAN RODRIGUES MARIANO** (CPF 388.179.398-46), que **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**, lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando a cobrança de R\$ 1.350,10 (dezenove mil e 10 reais), acrescidos de juros e de acréscido das cominações legais, referente a dano material causado ao veículo Hyundai HB20 10 MT, placas BEC 9G65, locado pela autora, em razão de acidente ocorrido em 26/01/2021, causado pelo condutor do veículo de propriedade do réu, Fiat Uno Palio EDX, placas CHO 2099, que abriu imprudentemente a porta do motorista atingindo a lateral direita do veículo da autora. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO por EDITAL**, para que, no prazo de 15 dias, a flur após os 20 dias supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. São Paulo, 2 de fevereiro de 2023. 09 e 10 / 02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM CARATER VIRTUAL

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - SISPESP, CNPJ/MF nº. 60.260.155/0001-99, nos termos que lhe confere o estatuto social, CONVOCA os Servidores Públicos da FUNDAÇÃO PROCON participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no dia 13/02/2023, em primeira chamada às 13h30min com presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um dos convocados e, em segunda chamada, às 14h com qualquer número dos presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I - Definir as próximas ações sobre as tratativas em andamento, bem como, definir pauta reivindicatória, econômica, social e judicial na defesa dos direitos e interesses da categoria; II – Informar sobre a possibilidade de implantação de contribuição sindical única para a categoria. A AGE será realizada por meio de videoconferência, na Plataforma Zoom, com fundamento na Lei 14.030/2010, art. 8º, que diz: “A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 43-A: “Art. 43-A. O associado poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, que poderão ser realizadas em meio digital, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal. Parágrafo único. A assembleia geral poderá ser realizada de forma digital, respeitados os direitos legalmente previstos de participação e de manifestação dos associados e os demais requisitos regulamentares”, e Medida Provisória nº. 936/20. O convite de acesso e as orientações gerais para participação serão disponibilizados, para realização de prévio cadastro, até um dia antes da data da AGE, através dos telefones, e-mails institucionais, site e outros meios de comunicação do Sispeps. São Paulo, 09 de fevereiro de 2023. Lineu Neves Mazano - Presidente.

EDITAL DE PRIMEIRO PUBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO - SP
Data do leilão:27/02/2023 - às: 16:00 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SÃO PAULO , SP.
ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITAPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da Lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dividas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:B17315 - CONTRATO: 102380476981 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

JOSE MARTINS DA CRUZ FILHO, BRASILEIRO(A), COMERCIÁRIO , CPF 035.282.568-50, CI 8.585.398 SSP/SP CASADO(A) COM MARIA DO CARMO DA SILVA CRUZ, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF 035.282.568-50 CI: 9893126 SSP/SP. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 306 - 3º ANDAR, A RUA JOSE ANTONIO COELHO NºS 730 E 750, AV. 23 DE MAIO S/N E RUA EÇA DE QUEIROZ S/N (Nº 720 NÃO OFICIAL) , EDIFÍCIO DANUBIO, 9º SUBDISTRITO VILA MARIANA, EM SÃO PAULO, SP, COM AREA UTIL DE 15,1344M2, AREA COMUM DE 9,529M2, AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 60,6634M2, CORRESPONDENDO A FRAÇÃO IDEAL DE 0,19% DO TERRENO, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITÓRIAS, PERTENCENÇAS, ACESSÓRIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 37978,53
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 371800,00

SÃO PAULO , 06/02/2023

ARY ANDRE NETO

06 e 09 - 27/02/2023

CONVOCAÇÃO

Adiretoria da **ASPAL – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo** CONVOCA, nos termos estatutários, os senhores associados para a **Assembleia Geral Extraordinária** que se realizará dia 7 de março de 2023, às 12:00, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às 12h30, com qualquer número de presentes, na Sede da ASPAL – Palácio 9 de Julho, sito à Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – Subsolo, Parque do Ibirapuera, Capital, SP para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1 –** Composição da Mesa; **2 –** Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral anterior; **3 –** Reforma geral do estatuto social, incluindo correções ortográficas; **4**) assuntos diversos. São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. GASPAR BISSOLOTTI NETO – PRESIDENTE.

CONVOCAÇÃO

Adiretoria da **ASPAL – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo** CONVOCA, nos termos estatutários, os senhores associados para a **Assembleia Geral Ordinária** que se realizará dia 7 de março de 2023, às 10 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às 10h30, com qualquer número de presentes, na Sede da ASPAL – Palácio 9 de Julho, sito à Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – Subsolo, Parque do Ibirapuera, Capital, SP para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1 –** Composição da Mesa; **2 –** Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral anterior; **3 –** Prestação de Contas do exercício de 2022; **4 -** assuntos diversos. São Paulo, 08 de Fevereiro de 2023. GASPAR BISSOLOTTI NETO – PRESIDENTE.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1003732-89.2022.8.26.0037. A Dra. ANA CLAUDIA HABICE KOCK, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Araraquara/SP, na forma da lei, etc... Faz a OTAVIO AUGUSTO MORGADO DA SILVA (CPF/MF sob o nº 225.103.198-76, portador do RG nº 337092680 - SP) que Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A, lhe ajuizou uma ação de Busca e Apreensão relativo ao TIPO DE BEM: "veículo marca HONDA, modelo CB 300R , ano fab/1 mod. 2013 / 2013, combustível GASOLINA , cor PRETA , chassi 9C2NC491RD006195, placa CF06828 , RENAVAM 001009585614 " . Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a flur após os 20 dias supra, apresente contra razões de apelação ao recurso de apelação interposto pelo requerente contra a sentença que INDEFERIU o pedido inicial, nos termos do artigo 330, IV do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital afixado e publicado nos termos da lei. Araraquara, 08/02/2023. 09 e 10/02

BRAZILIAN SECURITIES
 Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação Para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 89ª e 90ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 89ª e 90ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 89ª e 90ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 23 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em setembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"); (ii) autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora a partir de 28 de dezembro de 2022. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
 Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação Para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 116ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 116ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 116ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 23 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em setembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"); (ii) autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora a partir de 28 de dezembro de 2022. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
 Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação Para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 117ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 117ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 117ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 23 de fevereiro de 2023, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em setembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"); (ii) autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora a partir de 28 de dezembro de 2022. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
 Uma Empresa do Grupo PAN

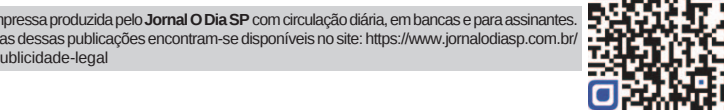
BRAZILIAN SECURITIES
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação Para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 253ª e 254ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 253ª e 254ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 253ª e 254ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 23 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em setembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"); (ii) autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora a partir de 28 de dezembro de 2022. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização



Casa de Saúde Santa Rita S.A.
 CNPJ Nº 60.882.289/0001-41 - NIRE 35.300.059.361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia")** para se reunirem no dia 15 de fevereiro de 2023, às 14:30 horas, em Assembleia Geral Extraordinária a ser **Realizada na sede da Companhia ("Assembleia")**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia: 1. congnisar a renúncia do atual Diretor Financeiro da Companhia e a eleição do novo Diretor Financeiro da Companhia; 2. a homologação do aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2023 ("**Aumento de Capital**"); 3. a alteração do caput do

Presidente discute diretrizes para novo acordo da tragédia em Mariana

A repactuação do acordo de reparação dos danos causados pela tragédia em Mariana (MG) tem sido tema de reuniões internas do governo federal. Os encontros ocorrem a portas fechadas e são conduzidos pela Casa Civil. De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), que participa das tratativas, estão sendo discutidas as diretrizes que nortearão a participação do governo Lula na negociação da repactuação.

A tragédia ocorreu em 2015, quando cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeito escoraram pela bacia do Rio Doce após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco. No episódio, 19 pessoas morreram e houve impactos a dezenas de municípios até a foz no Espírito Santo. Passados mais de sete anos da tragédia, entidades que representam os atingidos, os governos mineiro e capixaba e diferentes instituições de Justiça - como o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) - consideram insatisfatórias as medidas realizadas até o momento e cobram revisão do acordo em vigor.

No ano passado, uma mediação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) buscou uma repactuação do processo de reparação de danos, mas não houve sucesso. As instituições de Justiça, os governos estaduais, a União, a Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton não conseguiram chegar a um consenso, e o fracasso da mesa de negociação foi anunciado em agosto. Os atingidos não participaram das tratativas.

No entanto, ainda no final do ano passado, as partes vol-

taram a conversar e manifestaram disposição para uma composição. Mas, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês passado, o novo governo sinalizou que precisa de tempo para compreender o cenário e definir suas posições.

Segundo a Casa Civil, a discussão em torno do assunto está em fase inicial. “Há previsão de que as partes envolvidas sejam convidadas para uma reunião. Entretanto, ainda não há data prevista para que tal reunião aconteça”, informa a pasta.

O governo de Minas Gerais já manifestou ao governo federal que o tema é uma de suas prioridades. No dia 27 de janeiro, Lula realizou uma reunião com os governadores. Na ocasião, o chefe do Executivo mineiro, Romeu Zema, defendeu que o novo acordo seja selado o quanto antes. “O estado trabalha em busca de um valor e de um fluxo de pagamento que permitam que a reparação seja efetiva, célere e justa para todos os atingidos pelo desastre do Rio Doce”, informa o governo de Minas.

Atualmente, a gestão de todas os programas de reparação é de responsabilidade da Fundação Renova, entidade que deve ser mantida com recursos da Samarco, da Vale e da BHP Billiton. Ela foi criada em 2016, atendendo a termo de transação e ajustamento de conduta (TTAC) firmado entre as três mineradoras, o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e a União. Foram previstos 42 programas que tratam de temas diversos como as indenizações, o reassentamento dos desabrigados, o re-

florestamento, a qualidade água, entre outros.

A atuação da Fundação Renova, no entanto, é criticada por comissões de atingidos e por instituições de Justiça que não participaram do acordo. O MPMG chegou a pedir judicialmente a extinção da entidade, alegando que ela não goza da devida autonomia frente às mineradoras.

A morosidade de alguns programas também motivou diferentes ações na Justiça: a reconstrução das duas comunidades destruídas em Mariana, por exemplo, até hoje não foi concluída. O Sistema Novel, que, a partir de 2020 se tornou a principal plataforma de indenizações, é outro alvo de questionamentos judiciais. Em sua plataforma eletrônica, a Fundação Renova aponta que, até dezembro, R\$ 28,07 bilhões haviam sido destinados à reparação,

dos quais R\$ 11,28 bilhões se referem a indenizações individuais.

Quando decidiu coordenar a mediação das negociações de um novo acordo, o CNJ manifestou preocupação com a tramitação de cerca de 85 mil processos relacionadas à tragédia. Servia de inspiração o acordo selado em 2021 para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que causou 270 mortes em janeiro de 2019. Sua governança foi pensada sem envolver a criação de uma entidade como a Fundação Renova.

O fracasso da mesa conduzida pelo CNJ em agosto ocorreu porque o governo de Minas Gerais, o MPMG e o MPF consideraram que os valores e os prazos de pagamento propostos pelas mineradoras estavam distantes da expectativa.

Divulgação das notas de Enem é antecipada para esta quinta-feira

A divulgação do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será antecipada e divulgada nesta quinta-feira (9), segundo o Ministério da Educação. A previsão inicial é que as notas fossem divulgadas na próxima segunda-feira (13).

“A partir de hoje (9), os estudantes poderão se planejar melhor para ingressar no ensino

superior por meio do SisU, Prouni e Fies”, diz mensagem do MEC nas redes sociais.

Para consultar a nota, o participante deve acessar a página enem.inep.gov.br/participante. É preciso fazer login, digitar o CPF e a senha cadastrada no sistema.

O Enem avalia o desempenho escolar de estudantes no término da educação básica e funcio-

na como uma das principais portas de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Instituições de ensino públicas e privadas utilizam o Enem para selecionar estudantes. Os resultados são usados como cri-

tério único ou complementar de processos seletivos, além de servirem de parâmetros para acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados individuais também podem ser usados em processos seletivos de instituições portuguesas de ensino superior e que possuem convênio com o Inep. (Agência Brasil)

No final do ano passado, Joceli Andreoli, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), avaliou em entrevista à Agência Brasil que estava sendo construído mais um acordo de cúpula que não será capaz de resolver os principais problemas. “Infelizmente pouco se aprendeu do ponto de vista institucional em todos esses anos. Nós não nos calaremos até alcançar de fato o Rio Doce vivo, uma Justiça concreta e uma reparação concreta aos atingidos”, afirmou. (Agência Brasil)

na como uma das principais portas de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Instituições de ensino públicas e privadas utilizam o Enem para selecionar estudantes. Os resultados são usados como cri-

tério único ou complementar de processos seletivos, além de servirem de parâmetros para acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados individuais também podem ser usados em processos seletivos de instituições portuguesas de ensino superior e que possuem convênio com o Inep. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

PROCESSO Nº **1076667-35.2022** - EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS - FAZ SABER a(o) quem passa a participar que, neste Juízo, trar a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Isabelle Torres Fernandez Del Curto, CPF 310.863.998-62, e Haroldo Mulyaert Tinoco, CPF 309.434.728-22, por meio da qual os requerentes intendam alterar o regime de bens do casamento de Comunhão Parcial de Bens para Separação de Bens. Para conhecimento de eventuais interessados, foi determinada a expedição de edital com prazo de 30 dias, a contar da publicação. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734,§1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **09.10**

Jornal O DIASP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1005727-08.2014.8.26.0009 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PAULO HENRIQUE DO ESPIRITO SANTO, RG 20757160-0, CPF 104.044.538-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de ESCOLA AGUIAR ELLI LTDA, visando ao recebimento da quantia de R\$ 6.237,96 relativa ao contrato de prestação de serviços educacionais, cujas mensalidades deixaram de ser pagas de abril a dezembro de 2021. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2022. **09 e 10/02**

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **0014028-95.2022.8.26.0100**. A Dra. RENATA BARROS SOUTO MAIOR BAIÃO, Juíza de Direito da 41ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Marcelo Pereira dos Santos (CPF. 362.288.128-31), que o mandado monitorio, expedido nos autos da ação Monitoria, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, convertida em mandado executivo, constituindo-se Titulo executivo judicial da quantia de R\$ 12.607,35 (abril de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, incide-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. SP, 08/06/2022. **09 e 10 / 02 / 23**

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº **0013815-85.2010.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória. Exequente: Fundação de Rotarianos de São Paulo. Executado: Luciana Gomes. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013815-85.2010.8.26.0011. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Centro, Estado de São Paulo, Dr(a). Diego Ferreira Mendes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCIANA GOMES, Brasileira RG 288417367, CPF 281.877.188-97, com endereço a Rua Pamplona, 835, ap 33, Jardim Paulista, CEP 01405-001, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Fundação de Rotarianos de São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, convertida em mandado executivo, constituindo-se Titulo executivo judicial da quantia de R\$ 372,10, realizado pelo Sistema SISBAJUD em conta de Bulatada da executada Luciana Gomes, bem como da penhora e transferência de referido valor para conta judicial vinculada a este Juízo, conforme extrato judicial disponibilizado na internet, e ainda do prazo de 05 (cinco) dias para impugnação, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 654 do Código de Processo Civil, a fluir após 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de janeiro de 2023. **09 e 10 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº **1005889-87.2020.8.26.0010**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo - Ipiranga. Requerido: Suelly Marques D Angelo. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005889-87.2020.8.26.0010. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVY, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SUELY MARQUES D ANGELO, Brasileira, Divorciada, Professora, CPF 03327568811, com endereço a Rua Elba, 304, Vila Moinho Velho, CEP 04285-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo - Ipiranga, alegando em síntese: débito decorrente do Recibo Hospitalar de Serviço nº 86481. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de janeiro de 2023. **09 e 10 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº **1007521-23.2021.8.26.0008**. Classe: Assunto: Monitoria - Prestação de Serviços. Requerente: Rede D'Or São Luiz S/A. Requerido: Gláucia Alves da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007521-23.2021.8.26.0008. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Talagá, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gláucia Alves da Silva (CPF: 326.482.401-30), que Rede D'Or São Luiz S/A, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, convertida em mandado executivo, constituindo-se Titulo executivo judicial da quantia de R\$ 28.592,81 (dez e seis mil e novecentos e oitenta e dois reais e 82 centavos), acrescida de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. Caso o(a)s executado(a)s efetue(m) o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), ou, no prazo de 15 dias, apresente(m) embargos à execução. Alternativamente, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de dezembro de 2022. **08 e 09 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1139028-25.2021.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V, Dr. Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Janeide Maria dos Santos - Me (CNPJ, 17.234.421/0001-80) e Janeide Maria dos Santos (CPF: 362.353.034-91), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 353.974,11 (dezembro de 2021), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 014.818.903. Estando as executadas em lugar ignorado, expedido edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2023. **08 e 09 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº **1067139-19.2018.8.26.0002**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Panificadora Rainha do Jardim Eliana. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1067139-19.2018.8.26.0002. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Theo Assar Gragnano, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Panificadora Rainha do Jardim Eliana Ltda (CNPJ, 11.063.184/0001-55), que Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 23.014,96 (sete mil e 2019), representada pelas Notas Fiscais nº's NF 007.199.050, NF 007.199.051, NF 007.204.518, NF 007.204.519, NF 007.204.520, NF 007.204.521, NF 007.204.522, NF 007.204.523, NF 007.213.681, NF 007.213.682, NF 007.199.048 e NF 007.199.049. Estando a executada em lugar ignorado, expedido-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2023. **08 e 09 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº **1015930-08.2018.8.26.0003**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Celmar - Central Brasileira do Dia. Lda. e Lda. e curso: EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015930-08.2018.8.26.0003. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Bertholazzi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BR-G&F PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CPGCNPJ 13.096.613/0001-06, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, com o seguinte objeto: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) a dívida no valor de R\$ 52.893,25, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. Caso o(a)s executado(a)s efetue(m) o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), ou, no prazo de 15 dias, apresente(m) embargos à execução. Alternativamente, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2022. **08 e 09 / 02 / 23**

Governo envia ajuda humanitária aos governos do Chile e da Turquia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, na quarta-feira (8), a ajuda humanitária do Brasil aos governos do Chile, em razão dos incêndios florestais, e da Turquia, pelo terremoto que atingiu aquele país na última segunda-feira (6). O apoio brasileiro deve alcançar R\$ 13,5 milhões e a operação em campo deve se estender por duas semanas.

Chile
De acordo com a Presidência, para o Chile, o governo brasileiro autorizou o envio de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) equipada para o combate aos incêndios, com tripulação e equipe de campo, além de aeronaves-cisternas, veículos, equipamentos e materiais.

O apoio, que pode alcançar R\$ 3,5 milhões, reforçará a ação de 60 brigadistas disponibilizados pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Outros seis especialistas em comando e controle e em comportamento do fogo vão integrar a equipe de ajuda

humanitária no país.
Já são quase 300 incêndios florestais que atingem a zona centro-sul do Chile. Há registro de 26 mortes, 3 mil desabrigados e mais de 1,1 mil residências destruídas.

Turquia
No caso da Turquia, impactada por terremotos, o apoio brasileiro pode somar R\$ 10 milhões e incluirá o envio de uma equipe de busca e resgate urbano, composta por até 22 especialistas do Corpo de Bombeiros de São Paulo. O grupo ainda contará com o suporte de integrantes do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e do Espírito Santo. O efetivo seguirá para Ancara, capital turca, a bordo de uma aeronave cargueira KC-390, também da FAB.

Na Turquia, o terremoto de magnitude 7,8 já é considerado um dos mais devastadores dos últimos 20 anos no mundo. O tremor atingiu uma faixa do Sul da Turquia e da vizinha Síria. O número de pessoas mortas passa de 11 mil. (Agência Brasil)

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº **1065380-90.2019.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Ashi Modas Ltda e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo: 20 dias. Processo nº 1065380-90.2019.8.26.0100. A Dra. Bruna Carrara Bessa Levis, Juíza de Direito da 45ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Ashi Modas Ltda (CNPJ, 09.288.111/0001-10) e Wissam Ashi (CPF: 238.572.648-37), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R\$ 113,68, R\$ 759,28 e R\$ 11,99. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 26/01/2023. **09 e 10 / 02 / 23**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1029538-27.2019.8.26.00070(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Renato Barioni Pérez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DAIANE GLAUCIE PEREIRA SCHIZATO, Brasileira, Solteira, Preadas do Lar, RG 33229669-6, CPF 290.063.428-82, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Elizabete Teixeira de Souza, alegando a inadimplência dos réus referente ao contrato descrito como Contrato de Compra e Venda firmado em 19/01/2001 no valor R\$ 15.044,63. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **J - 08 e 09/02**

EDITAL DE CITAÇÃO - Este Juízo FAZ SABER a Antonio Cesar Honorato do Nascimento, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movido Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica por Polixix Ambiental Coleta de Resíduos Ltda Epp e Polixix Triagem e Classificação de Resíduos Ltda., alegando em síntese: a parte ré é o verdadeiro proprietário da empresa executada nos autos principais, restando preenchidos os requisitos para a desconsideração pretendida. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **J - 09 e 10/02**

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SÃO PAULO - SP
Data do leilão: 27/02/2023 às: 16:00
Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SÃO PAULO, SP
RUY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUAARACI Nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED B50545 - CONTRATO 102624132596 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
LUIZ ANTONIO SIMOES, BRASILEIRO(A), AUTONOMO, CPF 042.598.248-30, CI 14.446.972-SP, SOLTEIRO(A) E CONJUGE SE CASADO ESTIVER.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA, Nº 26, A RUA CINCO (ATUAL RUA ROLANDO MARIO RAMACCIOTTI), Nº 58 (ENTRADA DO CONDOMINIO PELOS NÚMEROS 111/120, NAO OFICIAL), QUADRA A DO JARDIM DAS CARMELITAS, RESIDENCIAS PARQUE DO CARMO, 38º SUBDISTRITO - VILA MATILDE (FAZENDA ARICANDUVA), EM SAO PAULO, SP, COM A AREA PRIVATIVA CONSTRUIDA DE 55,08M2, CONTENDO A AREA PRIVATIVA DE 110,84M2, AREA DE USO COMUM DE 11,54M2, AREA TOTAL DE 122,38M2, ENCERRANDO A AREA DE 83,30M2, POSSUINDO NO TERRENO UMA FRAÇÃO IDEAL DE 0,005364 EQUIVALENTE A 1/190 DO TODO.COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCENTES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SAO PAULO, 06/02/2023
ARY ANDRE NETO

06 - 09 - 27/02/2023

